



BOLETIM DEPE

Dezembro de 2024



PUC-SP

Programa de Pós-Graduação em Economia Política

Departamento de Economia

Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento

Econômico e Política Econômica - DEPE

Ano IX, número 58



Nesta Edição

IBC-Br	2
Indústria.....	3
Mercado de Trabalho	6
Lugar de Fala: Manifesto DEPE sobre a Política Monetária	10
Crédito	12
Sistema Financeiro Nacional	13
Endividamento	15
Taxa de Juros.....	16
Internacional.....	17
Economia Solidária.....	19
Cesta Básica.....	19
Cesta Básica de Outubro de 2024.....	19
Redação: Boletim DEPE, Ano IX, n. 58.	23



IBC-Br

Em setembro a economia brasileira apresentou expansão de 0,84% com relação a agosto, segundo o IBC-Br. Com relação ao mesmo mês de 2023 a alta foi de 5,1%, assim no 3º trimestre deste ano a atividade econômica apresentou avanço de 1,1% sobre o 2º trimestre e 4,3% com relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Dessa forma, no ano o índice avança 3,0% e 2,9% em 12 meses. Todos esses dados podem ser visualizados na tabela abaixo e dizem respeito à série livre de influências sazonais:

IBC-Br – Quadro Resumo

	Observado	Dessazonalizado
Setembro24/Agosto24	-2,6%	0,8%
Setembro24/Setembro23	5,1%	5,1%
Trimestre/trimestre	2,7%	1,1%
Trimestre/trimestre ano anterior	4,7%	4,3%
No ano	3,3%	3,0%
12 meses	3,0%	2,9%

Fonte: BCB. Elaboração: DEPE

O resultado de setembro seguiu surpreendendo os analistas de mercado, que insistem em subestimar o desempenho da economia brasileira de janeiro de 2022 para cá. Porém, como a realidade concreta se coloca presente, conforme o tempo passa as previsões se mostram completamente equivocadas, se tornando necessário que reajustem constantemente suas previsões para o desempenho econômico no ano e, com isso, o último FOCUS estima crescimento de 3,10% para o PIB brasileiro em 2024, o que significará 0,9 p.p acima do que trouxemos aqui na última edição deste Boletim e absolutamente deslocado dos 1,59% previstos na 1ª edição do FOCUS em janeiro deste ano.

Entre torcedores-analistas de mercado e a realidade, o fato é que, a economia brasileira vem retomando trajetória de crescimento econômico, gerando mais empregos e com perfil de crescimento sendo disseminado entre os setores da economia. O maior empecilho hoje é a histórica questão da taxa de juros e seu altíssimo custo social, pouco divulgado com a discussão de resultado primário e nunca do resultado nominal e suas implicações e, claro, o debate sobre corte de gastos que poderá contribuir negativamente em 2025 com o crescimento econômico, uma vez que o que se ventila é o corte no social, negando também o debate sobre os vergonhosos gastos tributários que consomem o orçamento público.

Rodolfo Viana – Economista e Mestre em Economia Política – PUC/SP



Indústria

Para este boletim, visto que é a última edição do ano, o objetivo é analisar o desempenho da variação da produção industrial mensal e, ao final, realizar uma análise acerca do desempenho da indústria ao longo dos últimos 12 meses e do acumulado de 2024.

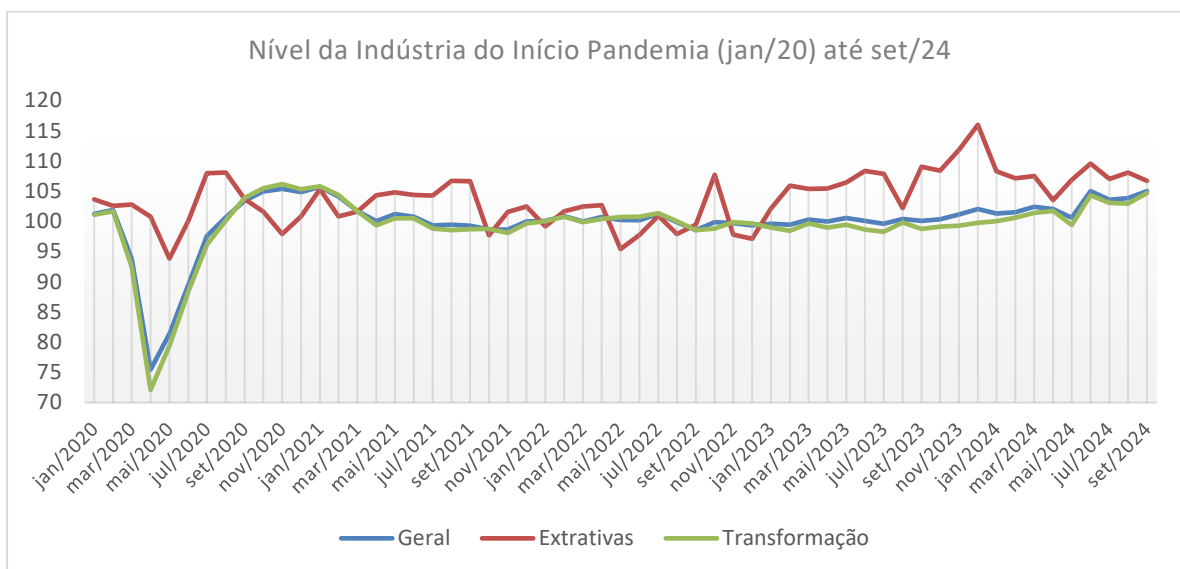
A indústria nacional brasileira cresceu 1,1% em setembro de 2024 em comparação a agosto, após um baixo desempenho positivo apresentado em agosto (0,2%). Em comparação com o mesmo mês do período anterior, o desempenho foi de 3,4%. Durante o ano de 2024, o desempenho da indústria tem sido bastante positivo se comparado com o histórico dos últimos anos, com crescimento de 3,1% no acumulado do ano.

Nos últimos 12 meses o resultado da produção industrial acumula ganhos de 2,6%. O IBGE este mês também traz um resultado significativo no ganho do desempenho acumulado dos últimos 12 meses, em que, se comparado com o acompanhamento mensal, o desempenho é crescente, pois em cresceu 2,4% no acumulado dos 12 meses de 2024, 2,2% em julho, 1,5% em junho e 1,2% em maio.

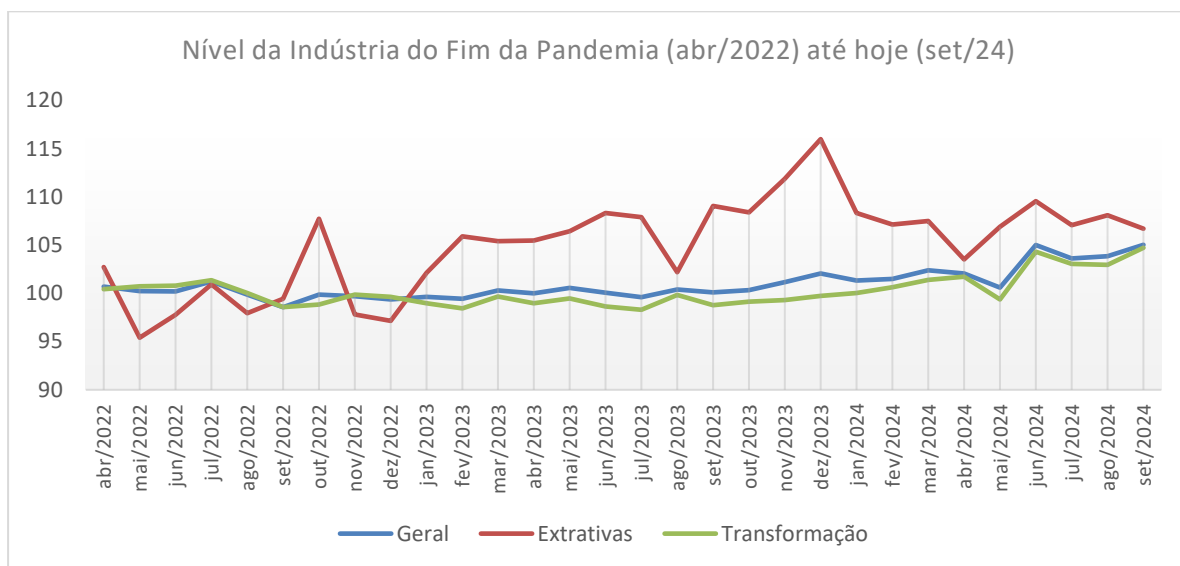
Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelo setor de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, que avançou 4,3%. Das 5 grandes categorias, 4 delas apresentaram crescimento, sendo o setor de Bens de Capital de 3,4%, Bens Intermediários de 1,3% e Bens de Consumo de 0,3% e Semi-duráveis de 0,6. O resultado negativo fica para o setor de bens Duráveis, com desempenho negativo de 2,7%.

O desempenho da indústria em setembro de 2024 reforça uma intensificação da trajetória positiva verificada no acumulado do ano, com a produção industrial atingindo um crescimento de 3,1% em relação ao mesmo período de 2023. A nossa expectativa é de que essa tendência de crescimento continue em 2025, com uma melhora no setor industrial brasileiro caminhando para um patamar de crescimento mais consistente, mas com dificuldades.

Como um parâmetro recente, nas edições bimestrais do boletim de conjuntura do DEPE, temos analisado o comportamento da indústria com um olhar sempre acerca do desempenho do setor industrial com destaque para o período posterior a pandemia, com objetivo de entender como se daria a recuperação e em quanto tempo alcançaríamos o patamar anterior (dez/2019 e jan/2020):



Fonte: IBGE. Elaboração DEPE.



Fonte: IBGE. Elaboração DEPE.

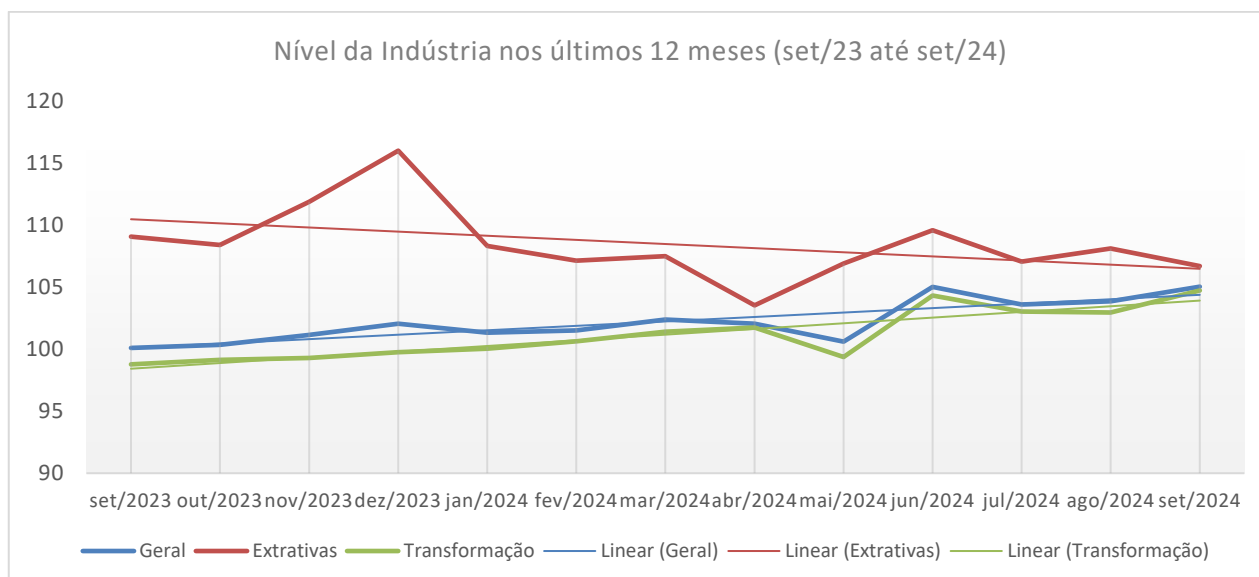
O Ministério da Saúde decretou o fim da pandemia no Brasil em abril de 2022. De lá para cá, temos observado um grande período de Random-Walk, cujo anos de 2022 e até o terceiro trimestre de 2023 o desempenho estava bastante imprevisível, pois situava-se em um patamar cujo era difícil de identificar uma tendência no crescimento. O período de 2023 é marcado pela retomada de políticas industriais, tímidas, mas que buscavam atenuar e traçar planos iniciais para os quatro anos seguintes para o setor com forte iniciativa do BNDES para liderar crédito para o setor industrial.

Em 2024 foi lançado o plano Nova Industrial Brasil (NIB) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que de maneira resumida utiliza de instrumentos tradicionais de políticas públicas, como subsídios, empréstimos com juros reduzidos e ampliação de investimentos federais para impulsionar a indústria atrelado a setores selecionados, sendo eles a agroindústria, a saúde, a infraestrutura urbana, a tecnologia da informação, a bioeconomia e a defesa. Apesar de tímido, empresas estatais atuam com mais discrição sobre o processo produtivo, até agora o foco tem sido especialmente sobre a distribuição de capital para a atualização do



maquinário (depreciação acelerada) e grande reforço creditício realizado pelo BNDES e pelo Governo Federal para empresas que foram afetadas pelo desastre ambiental no sul do Brasil em abril de 2024.

A principal questão levantada pelo DEPE é se “é possível concretizar que NIB já está sendo efetivo para o singelo parque industrial brasileiro?” Na visão deste boletim, não. Pelo menos não sozinho. O NIB, como um plano de desenvolvimento industrial, cujo amadurecimento do investimento dos setores definidos pelo plano são de médio-longo prazo não pode ser o responsável ainda pela melhora dos indicadores da indústria. A sua participação precisa ser mais bem acompanhada. No gráfico abaixo trazemos o desempenho do setor industrial nos últimos 12 meses, onde é possível identificar uma mudança nos indicadores, em que passamos a trabalhar agora com uma tendência positiva da Indústria Geral.



O que podemos identificar como fatores determinantes para a melhora dos indicadores da indústria e da reversão da paralisação do setor em 2022 e 2023, está mais bem indicado pela atuação do governo no setor crédito destinado a produção, tanto por meio do BNDES quanto pelo crédito destinado a reestruturação do setor produtivo no sul do país. É claro que o NIB teve atuação durante o período, mas o canal do crédito possui um efeito de curto prazo (consideremos aqui de 6 meses a 1 ano) mais significativo de curto prazo, considerarmos prematuramente que as metas que foram definidas no NIB já estão surtindo efeito.

Assim, o ano de 2024 é um alívio. Estimamos que o setor finalize o ano com um crescimento de 3 a 3,2% a.a.

Emerson Braz – Economista e Mestrando em Economia pela PUC-SP



Mercado de Trabalho

Novo Caged

Conforme informações divulgadas pelo Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em outubro de 2024 foi registrado o saldo de 132.714 (resultado de 2.222.962 admissões e 2.090.248 desligamentos).

Dos 5 (cinco) grandes grupamentos de atividades econômicas, 4 registraram saldos positivos no mês de outubro. No entanto, no acumulado de janeiro a outubro de 2024, os cinco grandes agrupamentos de atividades econômicas registram saldos positivos. O setor de Serviços firma-se como o maior gerador de empregos de 2024 até agora, com saldo de mais de 1,11 milhão de postos. Em seguida aparecem Indústria (429.473), Comércio (262.954), Construção Civil (230.856) e Agropecuária (76.036).

A Tabela 1, a seguir, mostra os saldos distribuídos por setor econômico no mês de outubro.

Tabela 1 - Saldo de empregos acumulado por setor de atividade (Outubro/2024)

Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	-5.757
Indústria geral	23.729
Construção	-767
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	44.297
Serviços	71.217
Não identificados	-5
Total	132.714

Fonte: Caged. Elaboração DEPE.

No recorte regional, as 5 (cinco) regiões apresentaram saldos positivos: Norte (7.349 +0,31%), Nordeste (18.345 +0,23%), Sudeste (65.458 +0,27%), Sul (34.372 +0,40%) e Centro-Oeste (4.457 +0,10%).

Tabela 2 - Saldo de empregos acumulado por região Junho/2024)

Norte	7.349
Nordeste	18.345
Centro Oeste	65.458
Sul	34.372
Sudeste	4.457
Total	132.714

Fonte: Caged. Elaboração DEPE.

Destaques - saldos de empregos formais para Outubro/2024:

- Homens +42.747 e mulheres +89.917.
- Faixa etária que mais gerou postos de trabalho formais foi de 18 a 24 anos, independentemente do gênero, com saldo positivo de 102.891).
- Grau de Instrução com maior saldo de postos de trabalho: Ensino médio completo (+107.375).

O estoque de empregos formais em outubro de 2024 contabilizou 47.634.748 vínculos, que em agosto de 2024



representou uma variação de +0,28% em relação ao estoque do mês anterior.

O salário médio real de admissão em outubro foi de R\$ 2.153,18, uma redução de 0,87% na comparação com setembro. Em relação a outubro do ano passado, houve ganho real de 1,15%.

PNAD Contínua

De acordo com os últimos dados divulgados na PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), para o trimestre móvel de agosto, setembro e outubro de 2024, apresentados na Tabela 3, o número de desocupados atingiu cerca de 6,8 milhões de pessoas, sendo a menor taxa de desocupação da série histórica. Redução de -1,4% comparação com o mesmo trimestre de 2023 e -0,04% em relação ao trimestre anterior (mai a jul de 2024).

A população na força de trabalho, no trimestre móvel terminado em outubro de 2024, houve leve aumento (0,9%) na comparação com o trimestre anterior. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior houve expressivo aumento de 1,98 milhão de pessoas (1,8%). A população fora da força de trabalho apresentou pequena retração de 0,93% (623 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior, e 523 mil pessoas (0,78%) na comparação com o mesmo trimestre móvel de 2023. A população ocupada apresentou elevação de 1,55%, cerca de 1,6 milhão de pessoas na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Em relação ao mesmo trimestre de 2023 houve um significativo crescimento de cerca de 3,4 milhões de pessoas (3,4%).

O total de pessoas desalentadas reduziu em 176 mil pessoas em relação ao trimestre imediatamente anterior. Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, a queda foi ainda mais expressiva, 403 mil pessoas (-11,7%).

A população subutilizada, formada pelas pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência e horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial apresentou redução de mais de 1,7 milhão de pessoas, ou 8,2% na comparação com o trimestre de janeiro, fevereiro e março de 2024. Já em relação ao trimestre de 2023 ocorreu queda de 6,6%, ou 1,3 milhão de pessoas.

**Tabela 4: Mercado de trabalho – Indicadores selecionados
Brasil – agosto, setembro e outubro de 2024**

Posição no mercado de trabalho/Período	ago-set out/2023	mai-jun jul/2024	ago-set out/2024	Trim. Atual/Trim. Anterior (%)
Na força de trabalho	108.465	109.461	110.450	0,90%
Ocupadas	100.206	102.031	103.610	1,55%
Desocupadas	8.259	7.431	6.839	-7,97%
Fora da força de trabalho	66.641	66.741	66.118	-0,93
Subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas	5.443	5.002	5.130	2,56%
Na força de trabalho potencial	6.340	6.303	5.904	-6,33%
Desalentadas	3.440	3.213	3.037	-5,48%

Fonte: IBGE – PNAD Contínua.

Entre os diferentes tipos de ocupação, em relação ao trimestre anterior, os destaques de



crescimento foram do empregado sem carteira assinada no setor privado, Empregador sem CNPJ com 853 (+4,7%), Empregado no Setor público sem carteira, 3.445 (+4,4%) e no Setor privado sem carteira com 14.433 mil (+3,7%).

Tabela 5: Mercado de trabalho – Total de ocupados por posição no mercado de trabalho Brasil – agosto, setembro e outubro de 2024

Posição no mercado de trabalho/Período	ago-set out/2023	mai-jun jul/2024	ago-set out/2024	Trim. Atual/Trim. Anterior (%)
Empregado C/ carteira setor privado	37.615	38.542	39.021	1,2
Empregado S/ carteira setor privado	13.314	13.916	14.433	3,7
Trabalhador doméstico	5.819	5.833	5.966	2,3
Setor público	12.142	12.695	12.840	1,1
Setor público s/ Carteira	3.103	3.300	3.445	4,4
Empregador	4.233	4.252	4.340	2,1
Empregador sem CNPJ	790	814	853	4,7
Conta própria	25.582	25.428	25.678	1,0
Conta própria com CNPJ	6.409	6.491	6.593	1,6
Conta própria sem CNPJ	19.173	18.937	19.085	0,8
Trab. familiar auxiliar	1.502	1.366	1.333	-2,4

Fonte: IBGE – PNAD Contínua.

Rendimento

O rendimento médio real mensal habitual foi de R\$ 3.255, apresentando estabilidade em relação ao trimestre imediatamente anterior (R\$ 3.230), e aumento de 3,9% na comparação com o mesmo trimestre de 2023 (R\$ 3.133).

Entre as diferentes ocupações, na comparação como semestre imediatamente anterior, o destaque de crescimento foi verificado em empregado no setor privado sem carteira assinada (2,7%), a seguir o trabalhador por conta própria e empregado no setor privado com carteira assinada, 1,6% e 1,5%, respectivamente. Em relação ao mesmo período de 2023 o maior crescimento foi novamente para o empregado no setor privado sem carteira assinada (7,8%), seguido pela conta própria (5,4%).

Tabela 6: Mercado de trabalho – Remuneração real média por posição no mercado de trabalho Brasil – agosto, setembro e outubro de 2024

Posição no mercado de trabalho/Período	ago-set-out 2023	mai-jun-jul 2024	ago-set-out 2024	Trim. Atual/Trim. Anterior (%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Empregado C/ carteira setor privado	2.931	2.971	3.017	1,5	46	2,9	86
Empregado S/ carteira setor privado	2.106	2.211	2.270	2,7	59	7,8	164
Trabalhador doméstico	1.179	1.222	1.218	-0,3	-4	3,3	39
Setor público	4.670	4.857	4.811	-0,9	-46	3,0	141
Empregador	8.136	8.111	8.086	-0,3	-25	-0,6	-50
Conta própria	2.517	2.630	2.653	0,9	23	5,4	136



Conta própria com CNPJ	4.396	4.617	4.600	-0,4	-17	4,6	204
Conta própria sem CNPJ	1.889	1.949	1.981	1,6	32	4,9	92

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Entre os grupamentos de atividade econômica, comparação com o trimestre imediatamente anterior, as mais relevantes variações positivas foram nos agrupamentos de Transporte, armazenagem e correio (4,9%), e Informação, comunicação e atividades financeiras (4,2%). Já a Administração pública e Outros serviços apresentaram diminuições de 1,4% e 2,2% respectivamente. Na comparação com o mesmo trimestre móvel de 2023 o maior crescimento também foi em Transporte, armazenagem e correio (6,6%), seguido de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (4,0%).

Tabela 7: Mercado de trabalho – Remuneração real média por grupamento de atividade Brasil – agosto, setembro e outubro de 2024

Grupamento de atividade no trabalho principal	ago-set-out 2023	mai-jun-jul 2024	ago-set-out 2024	Trim. Atual/Trim. Anterior (%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.921	1.986	1.988	0,1	2	3,5	67
Indústria geral	3.071	3.130	3.170	1,3	40	3,2	99
Construção	2.437	2.440	2.505	2,7	65	2,8	68
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	2.578	2.689	2.681	-0,3	-8	4,0	103
Transporte, armazenagem e correio	2.947	2.996	3.142	4,9	146	6,6	195
Alojamento e alimentação	2.085	2.131	2.097	-1,6	-34	0,6	12
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	4.488	4.474	4.662	4,2	188	3,9	174
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	4.354	4.502	4.440	-1,4	-62	2,0	86
Outros serviços	2.428	2.550	2.493	-2,2	-57	2,7	65
Serviços domésticos	1.179	1.222	1.218	-0,3	-4	3,3	39

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Camila Gaboni Silva, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP
Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP



Lugar de Fala: Manifesto DEPE sobre a Política Monetária

O Manifesto a seguir foi produzido para a Semana de Economia da PUC SP que aconteceu em outubro de 2024.

Lugar de Fala: Economistas e cidadãos por uma política monetária responsável

Como economistas, atuamos em diferentes frentes da sociedade, com um amplo e plural ferramental teórico e técnico; mas todos compartilhamos o mesmo juramento: **utilizar nossa profissão para a promoção do bem-estar social e econômico de nosso povo e nação.**

Em sua última reunião, o Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (COPOM) decidiu, de maneira unânime, abandonar a dinâmica global de redução de juros e seguir na contramão do mundo. No mesmo dia em que o FED reduziu a taxa de juros em 0,50% ao ano, o BACEN elevou os juros em 0,25% ao ano, indicando mais altas no horizonte. **Neste caso, os riscos nos parecem mal avaliados.**

Além de elevar o custo do crédito, reduzindo o dinamismo da economia, o BACEN elevou o juro no Brasil para ocupar a 2ª posição no ranking de maiores juros reais do mundo, ficando atrás apenas da Rússia e à frente da Turquia.

Ao longo de 2024, tivemos boas notícias, como a redução do desemprego, o crescimento dos salários e do PIB. Esse desempenho econômico fez com que os agentes que respondem ao Boletim Focus, em sua mediana, elevassem a expectativa para o IPCA nos próximos anos, agora em 4,37% e 3,97%, respectivamente para 2024 e 2025.

A “piora nas expectativas” tem alimentado a narrativa de que o BACEN deve aumentar ainda mais os juros, já que estamos crescendo mais do que o esperado. **Porém, crescer é perigoso?**

Para o mercado financeiro, a resposta parece ser um sonoro SIM, dado que tal crescimento não foi previsto e, portanto, estaria fora de seu controle. O curioso é que, independentemente do diagnóstico da situação econômica, a resposta é sempre a mesma: **subir a taxa de juros.**

A teoria econômica dominante parece estar desconectada da realidade em que vivemos. Neste momento, elevar a taxa de juros não se distingue dos remédios que prometem curar todos os males e, por isso mesmo, não servem para nada além de matar o paciente.

Em 2023, as despesas com pagamentos de juros superaram os orçamentos da Saúde, Educação e Assistência Social, que juntos somaram R\$ 578,13 bilhões, frente a R\$ 614,55 bilhões pagos no mesmo ano com juros da dívida.

Ao subir os juros, as contas públicas sofrem, e incorremos em déficits nominais que aumentam nosso endividamento. Coibir o crescimento pautado pelas expectativas do mercado pode ser um erro estratégico, infelizmente recorrente.

Assim, enxergamos motivos para que a política monetária seja mais cautelosa e siga as dinâmicas globais. Entre outros: (1) a inflação dos últimos 12 meses está dentro da meta, em 4,24%; (2) o Real



relativamente estável frente ao dólar desde que atingiu R\$ 5,85 em maio de 2020; e (3) a nota de crédito do Brasil melhorou, estando próximo de alcançar o Grau de Investimento pela Moody's, que destacou o crescimento robusto, a estabilidade fiscal e o viés positivo.

Ao tomar decisões econômicas, a incerteza sempre estará presente. Neste caso, qual risco tomar?

Acreditamos que o Banco Central deva mitigar o risco de uma política contracionista e seus duros impactos para o bem-estar social e para as condições fiscais, aceitando o “risco de dar certo”, apoiando o crescimento e a prosperidade em sincronia com o resto mundo.

Redação do Boletim de Conjuntura do DEPE.



Crédito

Em 28/11/24 o Banco Central do Brasil – BCB – divulgou o relatório com as estatísticas monetárias e de crédito do país com os resultados até outubro/24 comentados a seguir. O saldo do crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em outubro/24, apresentou uma variação de +0,70% perante o mês anterior, o resultado nos últimos 12 meses foi de +10,80%, com crescimento no mês da carteira de pessoa física de +1,0% e aumento na carteira de pessoa jurídica de +0,30%. O saldo consolidado foi de R\$ 6.254,8 bilhões.

O saldo da carteira de pessoa jurídica foi de R\$ 2.391,4 bilhões e da carteira de pessoa física ficou em R\$ 3.863,3 bilhões. O crédito em relação ao PIB ficou em 54,5% crescimento de +0,10%.

A inadimplência total foi de 3,2% estável 0,00% com relação ao mês anterior. A taxa de juros no segmento de recursos livres está no patamar de 40,2% a.a. elevação de +0,3% no mês e em recursos direcionados em 10,8% a.a. aumento de 0,80%. O spread bancário total foi de 18,4 p.p. estável no mês 0,0%.

As concessões totais, com ajuste sazonal foram de R\$ 611,1 bilhões aumento de 1,4% no mês e aumento no ano +14,3% e acumulado em 12 meses em +13,7%.

Ainda pelas informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil, o endividamento das famílias junto ao sistema financeiro nacional foi de 47,8% no mês de setembro/24 com leve recuo de -0,01 p.p. com relação ao mês anterior e em 12 meses queda -0,1 p.p.. O endividamento está estável no ano com variação de +0,3% e o comprometimento da renda pelo pagamento do serviço da dívida das famílias também está estável em 26,5% com elevação de 0,6% no ano e queda de 0,3% em 12 meses, provavelmente fruto de um conjunto de fatores como elevação da renda do trabalhador, diminuição do desemprego e o programa Desenrola Brasil de renegociação das dívidas.

As taxas de juros divulgadas pela Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC, para pessoa física no mês de outubro/24 ficou em 415,27% a.a. para o cartão de crédito, ou seja, trata-se dos juros mais altos cobrado entre os instrumentos de crédito para pessoa física e pessoa jurídica divulgados pela ANEFAC.

O saldo do crédito em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) atingiu no mês de outubro/24 o patamar de 54,5% é a melhor relação desde março/2011. A inadimplência total está estável no patamar de 3,2% desde junho/24. Além disso, tanto o comprometimento da renda das famílias com o serviço da dívida e o endividamento em relação à renda acumulada, apresentam ambas um recuo de -0,3% e -0,1% respectivamente em 12 meses. E como já apontamos em boletins anteriores, o destaque da expansão do crédito nos últimos 12 meses são dos recursos direcionados no patamar de 11,7% e o papel do BNDES neste processo é fundamental. Isso pode ser notado neste mês no crescimento na linha do banco de “Financiamento a investimentos” que teve uma concessão de mais de R\$ 9 bilhões com uma variação de 117% perante o mês anterior. As taxas de juros cobradas pelo banco apresentaram um salto no mês de outubro/24 situando na faixa de 11,1% até 13,8% contra taxas médias apuradas em setembro/24 de 8,1% até 10,2%. Portanto, o ano de 2024 até o momento,



apresenta um sinal positivo de crescimento do crédito, com inadimplência controlada e com endividamento das famílias e nível de comprometimento da renda dos juros pagos estável. Mesmo com as elevações seguidas dos juros, determinadas nas reuniões do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil) não alteraram o cenário favorável do crédito no país.

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP.

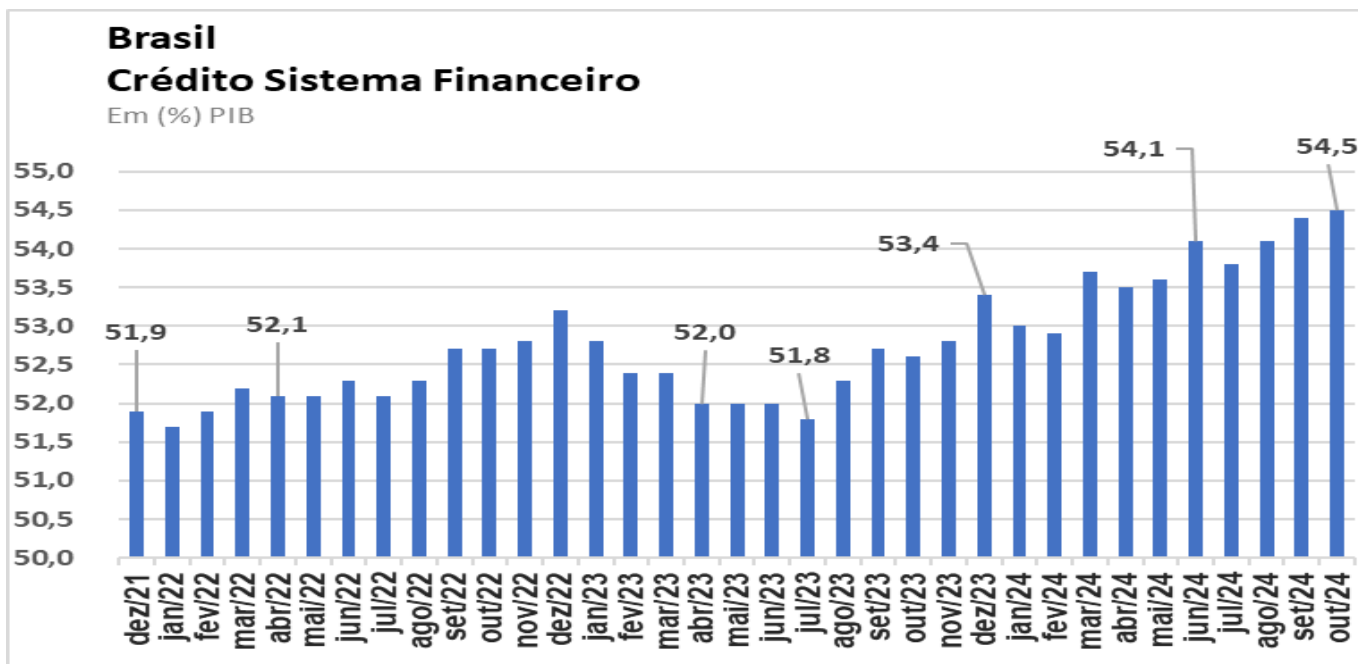
Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP.

Sistema Financeiro Nacional

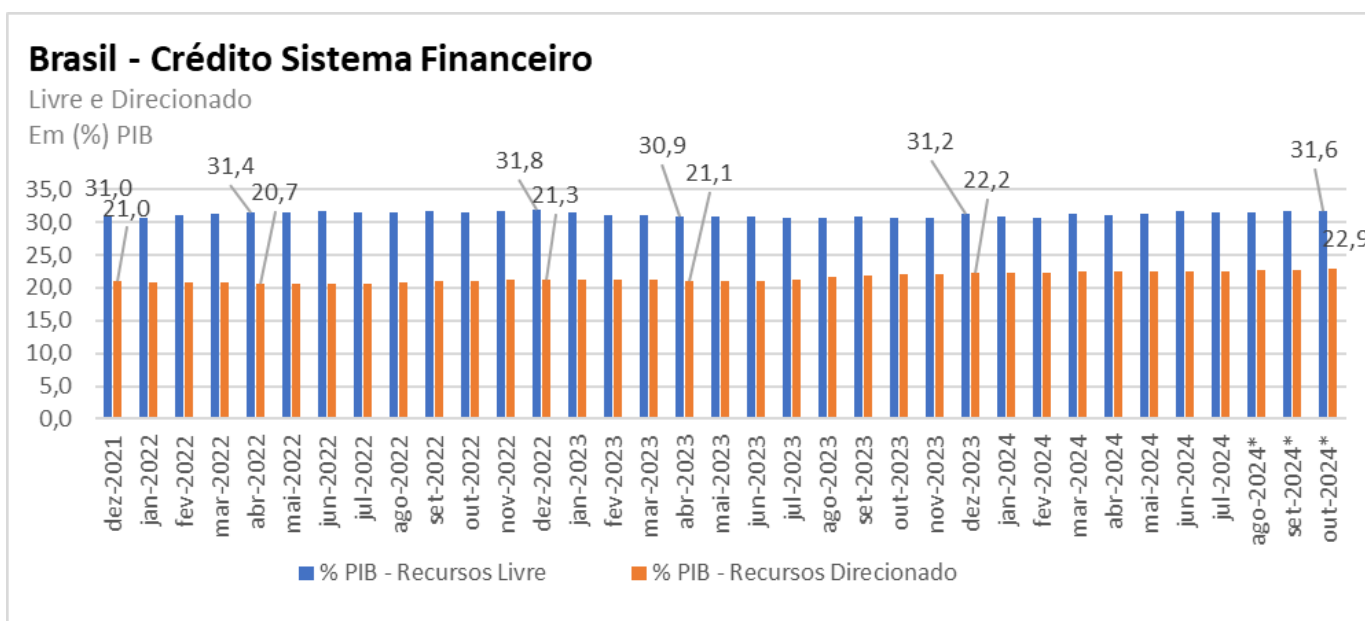
Brasil: Quadro Resumo Saldo do Crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) : Outubro / 2024

	Item	Medida	Variação			Comentários
			Mês	Ano	12 meses	
Posição Geral	Saldo Crédito SFN S/PIB	54,50%	0,10%	1,10%	1,90%	Crescimento de 0,10% no mês ocorreu sobretudo em recursos direcionados, com destaque para pessoa física.
	Saldo Crédito SFN (R\$)	R\$ 6.254,8 bilhões	0,70%	7,90%	10,80%	Crescimento no mês de Recursos Livres de 0,2% e Recursos Direcionados em 1,4%.
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 2.391,4 bilhões	0,30%	5,30%	8,90%	No mês a carteira de PJ recuou no saldo em Recursos Livres -0,7% e o saldo elevação de Recursos Direcionados 2,2%
	Carteira Pessoa Física	R\$ 3.863,3 bilhões	1,00%	9,70%	12,00%	No mês a carteira de PF cresceu o saldo em Recursos Livres 0,9% e o saldo em Recursos Direcionados 1,0%
	Concessão Ajuste Sazonal (R\$)	R\$ 611,1 bilhões	1,40%	14,30%	13,70%	É o maior valor da série desde mar/2011.
	Inadimplência	3,20%	0,00%	0,00%	-0,30%	No ano estável. E leve recuo em 12 meses.
	Spread bancário	18,4 p.p.	0,00%	-1,10%	-1,60%	Estável no mês.
Recursos	Saldo Total	R\$ 3.624,7 bilhões	0,20%	7,10%	10,20%	
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.523,4 bilhões	-0,70%	4,20%	8,70%	Destques: Os principais fatores que explicam a redução no mês ocorreu na diminuição da carteira de desconto de duplicatas e outros recebíveis -5,1% e queda em capital de giro com prazo superior a 365 dias -1,9% .
	Spread bancário	9,7 p.p.	0,40%	-1,00%	-2,10%	
	Inadimplência	2,90%	0,00%	-0,20%	-0,60%	
	Carteira Pessoa Física	R\$ 2.101,3 bilhões	0,90%	9,20%	11,30%	Destques: Cartão de crédito à vista +1,6%; financiamento para aquisição de veículos + 2,0%; crédito pessoal não consignado +1,2% e por fim, crédito consignado para trabalhadores do setor público +0,6%.
	Spread bancário	40,2 p.p.	-0,60%	-3,00%	-3,20%	
	Inadimplência	5,50%	-0,10%	-0,10%	-0,40%	
	Saldo Total	R\$ 2.630,1 bilhões	1,40%	9,20%	11,70%	
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 868,1 bilhões	2,20%	7,20%	9,50%	Destques: 1) Crédito recursos BNDES financiamento 117,3%; 2) Outros (Composição de dívida, financiamento com recursos Pronampe, FGI, etc) :131,9%; 3) com recursos do BNDES 85,6%; 4) Crédito Rural -43,9%.
	Spread bancário	4,70%	1,40%	0,70%	0,50%	
	Inadimplência	1,40%	0,00%	0,20%	-0,20%	
	Carteira Pessoa Física	R\$ 1.762,0 bilhões	1,00%	10,20%	12,80%	Destques: 1) Crédito recursos BNDES financiamento agroindustrial 22,6%; 2) com recursos do BNDES 20,5%; 3) Crédito Rural -13,7%.
	Spread bancário	4,3 p.p.	0,10%	0,00%	-0,20%	
Inadimplência	1,60%	0,00%	0,20%	0,20%		

Fonte: Banco Central do Brasil - BCB – Elaboração DEPE.



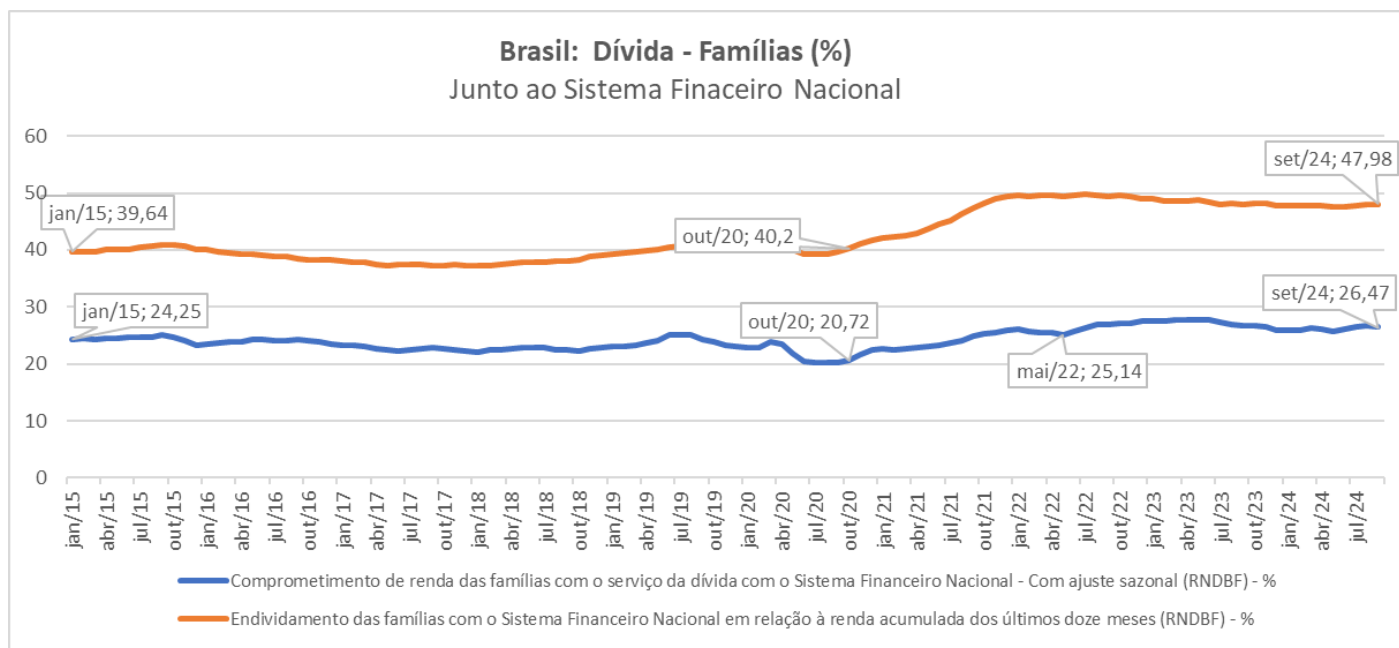
Fonte: Banco Central do Brasil - BCB – Elaboração DEPE.



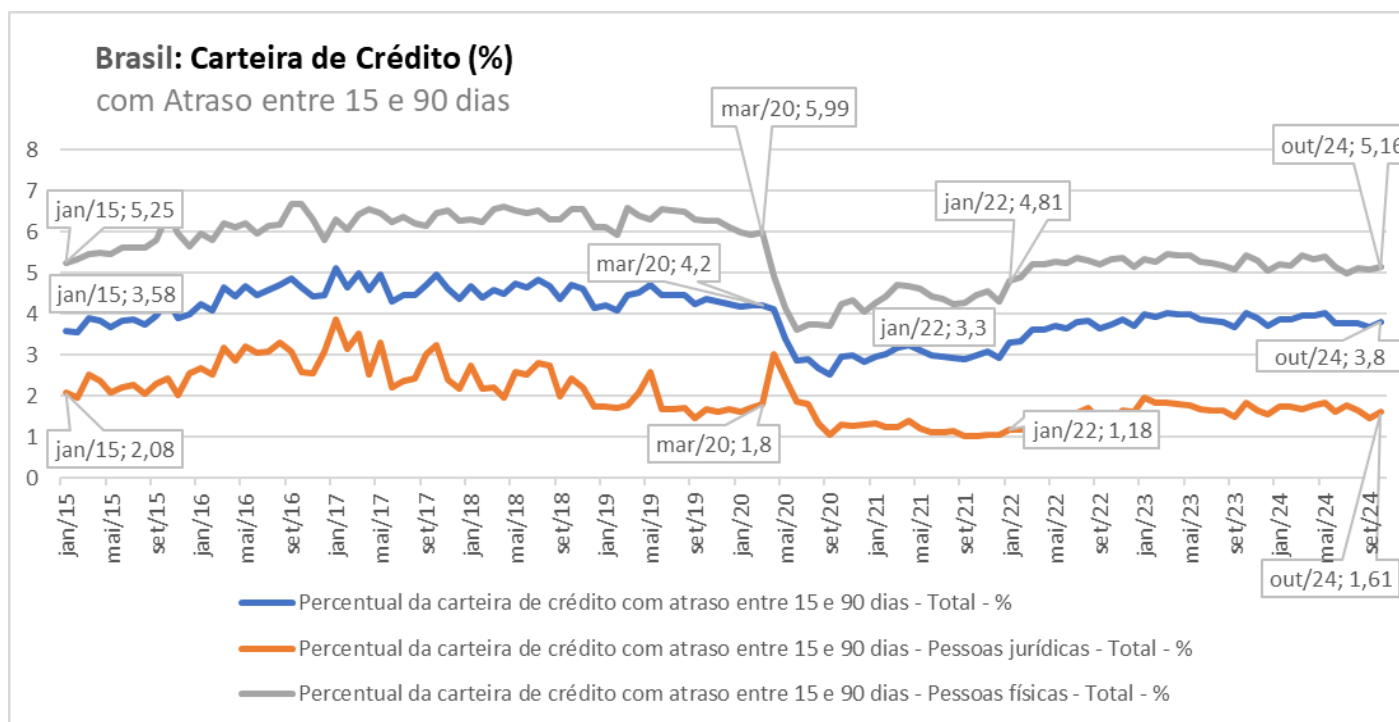
Fonte: Banco Central do Brasil - BCB – Elaboração DEPE.



Endividamento



Fonte: Banco Central do Brasil - BCB – Elaboração DEPE.



Fonte: Banco Central do Brasil - BCB – Elaboração DEPE.



Taxa de Juros

Brasil: Taxa de Juros Pessoa Física (%) a.a.

Período	Juros Comércio	Cartão de Crédito	Cheque Especial	CDC - bancos -	Empréstimo pessoal	
					Bancos	Financeira
Outubro / 24	83,11%	415,27%	145,18%	24,90%	55,01%	122,71%
Setembro / 24	82,27%	412,04%	144,64%	24,60%	54,65%	121,71%
Agosto / 24	82,48%	412,04%	143,01%	24,60%	54,83%	122,21%
Julho / 24	82,48%	406,71%	143,01%	25,05%	55,55%	122,21%
Junho / 24	82,90%	397,23%	143,55%	24,75%	54,65%	120,71%
Mai / 24	83,11%	403,53%	142,20%	24,75%	55,37%	121,46%
Abril / 24	84,15%	404,58%	143,28%	25,05%	55,73%	122,21%
Março / 24	85,00%	410,97%	144,37%	25,34%	56,45%	123,21%
Fevereiro / 24	85,42%	416,35%	145,46%	25,93%	56,81%	124,21%
Janeiro / 24	86,05%	420,69%	146,55%	26,38%	57,54%	124,97%
Dezembro / 23	86,90%	430,02%	147,93%	26,82%	58,63%	125,72%
Novembro / 23	87,76%	424,51%	150,70%	27,42%	59,37%	127,25%
Outubro / 23	88,61%	430,02%	149,59%	27,72%	60,10%	128,01%
Setembro / 23	89,26%	432,24%	150,98%	28,02%	60,84%	128,78%
Agosto / 23	90,55%	427,81%	153,78%	28,93%	61,77%	130,32%
Julho / 23	91,42%	425,61%	155,48%	28,93%	62,52%	131,62%
Junho / 23	92,51%	427,26%	156,90%	29,08%	62,52%	133,18%
Mai / 23	92,08%	422,87%	156,90%	29,69%	62,52%	134,48%
Abril / 23	91,42%	421,78%	156,33%	29,38%	61,77%	133,44%
Março / 23	90,55%	417,43%	156,33%	29,54%	62,33%	132,13%
Fevereiro / 23	90,12%	412,04%	155,48%	29,84%	61,96%	131,62%
Janeiro / 23	89,69%	410,97%	155,20%	29,69%	61,59%	132,13%
Dezembro / 22	89,26%	409,37%	154,63%	29,54%	62,33%	132,65%
Setembro / 22	88,18%	400,37%	155,20%	29,23%	63,46%	134,48%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Brasil: Taxa de Juros Pessoa Jurídica (%) a.a.

Período	Capital de Giro	Desconto de Duplicata	Conta Garantida
Outubro / 24	23,29%	22,56%	142,20%
Setembro / 24	23,00%	22,28%	140,58%
Agosto / 24	22,85%	21,99%	139,78%
Julho / 24	23,00%	22,56%	140,85%
Junho / 24	23,29%	21,84%	138,71%
Mai / 24	23,87%	22,13%	140,05%
Abril / 24	24,02%	22,42%	140,58%
Março / 24	24,60%	23,00%	141,93%
Fevereiro / 24	25,34%	23,29%	143,55%
Janeiro / 24	25,64%	23,58%	145,18%
Dezembro / 23	26,68%	23,87%	147,38%
Novembro / 23	27,27%	24,31%	148,76%
Outubro / 23	28,02%	24,90%	149,31%
Setembro / 23	28,63%	25,64%	150,14%
Agosto / 23	29,38%	26,53%	151,54%
Julho / 23	30,15%	27,42%	152,38%
Junho / 23	29,84%	27,42%	154,63%
Mai / 23	29,38%	28,32%	153,78%
Abril / 23	28,78%	27,87%	153,22%
Março / 23	28,93%	27,72%	151,54%
Fevereiro / 23	29,38%	27,12%	150,70%
Janeiro / 23	28,48%	27,42%	151,26%
Dezembro / 22	27,87%	27,12%	152,66%
Setembro / 22	26,53%	28,32%	150,98%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP.

Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP.



Internacional

A Vitória de Donald Trump e as implicações econômicas

No dia 5 de novembro de 2024, ocorreram as eleições nos Estados Unidos, resultando na vitória do candidato republicano Donald Trump, que obteve 312 delegados contra 226 da candidata democrata Kamala Harris. Trump assumirá a presidência em 20 de janeiro de 2025, tornando-se o 47º presidente dos Estados Unidos. Agora basta entender quais serão as implicações desta vitória.

Uma das questões refere-se à política protecionista, que tem sido uma marca registrada da agenda de Trump. O presidente eleito já manifestou a intenção de impor tarifas de 25% sobre produtos provenientes do México e do Canadá, além de um acréscimo de 10% sobre os produtos importados da China. Trump defende uma estratégia de cortes agressivos de impostos e um aumento das tarifas de importação, com o objetivo de acelerar o crescimento econômico e como consequências o aumento na taxa de juros.

Entre os cortes fiscais propostos, destaca-se a intenção de isentar a cobrança de impostos sobre gorjetas, que representam uma fonte significativa de renda para os trabalhadores nos Estados Unidos. Além disso, está prevista a redução da alíquota do imposto corporativo de 21% para 15%, a isenção de tributação sobre horas extras e benefícios da previdência social, bem como a redução das taxas para cidadãos norte-americanos residentes no exterior. Também são contempladas medidas de redução nas taxas de juros de empréstimos imobiliários e a implementação de incentivos fiscais para a aquisição da primeira residência.

Em resposta a essas expectativas, o índice DXY, que mede a relação entre o dólar e uma cesta de moedas, registrou um aumento significativo, passando de 100 pontos para 107 pontos desde o momento em que as pesquisas eleitorais indicaram uma tendência favorável ao candidato republicano. Esse movimento sugere um fortalecimento do dólar.





Fonte: TradingView

De maneira similar, os títulos do Tesouro americano com vencimento em 10 anos passaram da faixa de 3,608% para 4,491% em sua máxima.



Fonte: TradingView

Outro tema de relevância significativa no debate político americano durante as eleições foi a questão da imigração. Entre as propostas discutidas, destacaram-se a revogação do direito à cidadania para filhos de imigrantes indocumentados, a ampliação do número de agentes nas fronteiras e a proibição da entrada de imigrantes com base em considerações humanitárias.

No contexto ambiental, a principal mudança observada foi a retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris. Além disso, foi objeto de debate a imposição de restrições à produção e comercialização de veículos elétricos, com a proposta de revogação do crédito fiscal de US\$ 7.500 destinado à aquisição de carros elétricos. A Tesla, empresa de Elon Musk, um dos principais defensores dessa medida, manifestou apoio à proposta, argumentando que a eliminação do crédito fiscal contribuiria para nivelar as condições de competitividade no mercado.

José Victor P. Cassiolato – Mestrando Pós-Graduação em Economia Política PUC/SP
José Victor Mori Kiyokawa – Mestrando Pós-Graduação em Economia Política PUC/SP



Economia Solidária

O tópico “Economia de Francisco” surgiu no boletim DEPE a partir da edição de agosto/20, oriunda da discussão no grupo para ampliar a análise e compreensão de outros temas relevantes à Economia Política, que não são destacados ou considerados em boletins de conjuntura similares.

Cesta Básica

A preocupação com o custo da alimentação é uma questão que permeia as relações sociais há séculos e motivos de constantes embates e discussões em pautas sindicais, pois tem impacto direto na possibilidade ou não de subsistência do trabalhador face um determinado nível de renda. No Brasil, a Cesta Básica foi definida pelo Decreto Lei nº 399 de 1938 e vigora até os dias de hoje, dizendo quais produtos e suas respectivas quantidades são necessárias, por regiões, para garantir o nível mínimo de alimentação necessária. Dessa maneira, desde 1959 o DIEESE passou a realizar o levantamento do custo da Cesta Básica de Alimentos.

Cesta Básica de Outubro de 2024

O preço da cesta básica em Outubro subiu nas 17 capitais onde é realizada atualmente a pesquisa do DIEESE. Essa alta disseminada foi puxada por Campo Grande (5,10%), Brasília (4,18%), Fortaleza (4,13%), Belo Horizonte (4,09%), Curitiba (4,03%) e Natal (4,01%).

Quando comparamos o preço das cestas em outubro deste ano com o mesmo mês de 2023 a alta não é disseminada, mas é a maioria. Em 12 capitais os preços aumentaram e em outras 5 caíram neste tipo de comparação. Campo Grande (9,97%), Brasília (9,77%) e São Paulo (9,17%) tem as maiores altas, já os recuos são verificados em Recife (-1,60%), Fortaleza (-1,17%), Natal (-1,01%), Aracaju (-0,51%) e Salvador (-0,44%), todas no nordeste. Abaixo temos a tabela completa da pesquisa para Outubro deste ano:

Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos
Custo e variação da cesta básica em 17 capitais
Brasil – Julho de 2024

Capital	Valor da cesta	Varição mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Varição no ano (%)	Varição em 12 meses (%)
São Paulo	805,84	1,69	61,70	125h34m	5,89	9,17
Florianópolis	796,94	3,72	61,02	124h10m	5,07	7,87
Porto Alegre	774,32	2,40	59,28	120h38m	1,02	4,75
Rio de Janeiro	773,70	2,17	59,24	120h33m	4,75	7,28
Campo Grande	751,06	5,10	57,50	117h01m	7,65	9,97
Curitiba	726,62	4,03	55,63	113h13m	4,22	7,65
Brasília	711,05	4,18	54,44	110h47m	1,76	9,57



Vitória	708,06	1,90	54,21	110h19m	2,79	4,87
Goiânia	695,37	3,33	53,24	108h20m	3,89	9,32
Belo Horizonte	678,07	4,09	51,92	105h39m	3,32	8,02
Belém	649,90	0,33	49,76	101h16m	0,69	2,68
Fortaleza	641,34	4,13	49,10	99h56m	1,74	-1,17
Natal	576,23	4,01	44,12	89h47m	3,63	-1,01
João Pessoa	566,46	2,55	43,37	88h16m	4,46	2,09
Salvador	560,65	1,27	42,93	87h21m	-0,03	-0,44
Recife	548,19	2,40	41,97	85h25m	1,88	-1,60
Aracaju	519,31	2,59	39,76	80h55m	0,40	-0,51

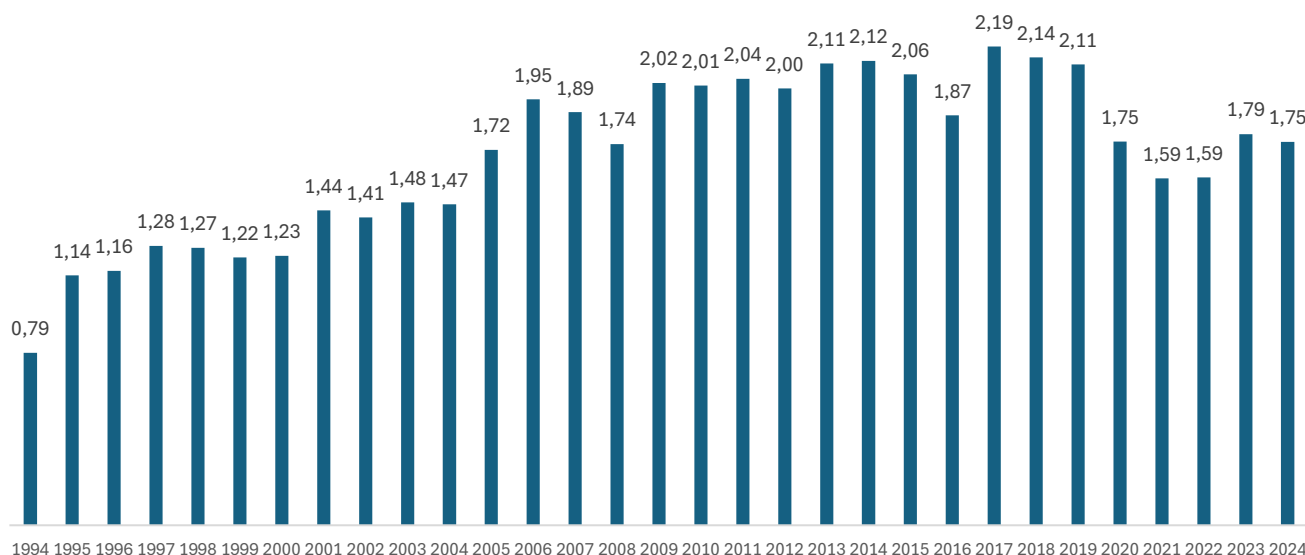
Fonte: DIEESE – Elaboração DEPE.

O tempo de trabalho necessário para que um trabalhador adquira uma cesta básica tendo vencimentos iguais a um salário mínimo vigente (R\$ 1.412,00) foi, em média, de 105 horas e 14 minutos em Outubro. Já no mesmo mês de 2023 esse tempo havia sido de 107 horas e 17 minutos.

Como sabido, o cálculo do salário mínimo necessário realizado pelo DIEESE tem como base o valor da cesta básica. Neste caso, considerando o maior valor verificado em Outubro, que no caso foi o de São Paulo, o salário mínimo necessário para uma família de 4 pessoas (dois adultos e duas crianças ou três adultos) deveria ser de R\$ 6.769,87, ou 4,71 vezes o salário mínimo nacional vigente de R\$ 1.412,00.

Abaixo temos a relação entre valor da cesta básica na cidade de São Paulo e o salário mínimo nacional vigente, para cada ano, no mês de outubro. Essa relação nos mostra quantas cestas-básica era possível comprar em cada período, dado o valor do piso nacional. Quanto maior o valor, mais cestas podem ser adquiridas pelo piso constitucional, ajudando a imaginar que, ou as famílias podem consumir mais alimentos ou terão menos comprometimento da sua renda com alimentação básica, quanto maior for essa relação.

Relação entre valor do salário-mínimo nacional vigente e o preço da cesta básica na cidade de São Paulo para Outubro de cada ano – 1994 a 2024



Fonte: DIEESE – Elaboração DEPE.



A ligeira retomada nesta relação verificada a partir de 2023 tem relação direta com a retomada da política de valorização do salário mínimo, repactuada com as Centrais Sindicais e o Governo Federal, que tem propiciado ao mínimo nacional participar da melhoria econômica ao trazer para seu valor o incremento do que for verificado no crescimento da economia através do percentual de expansão do PIB.

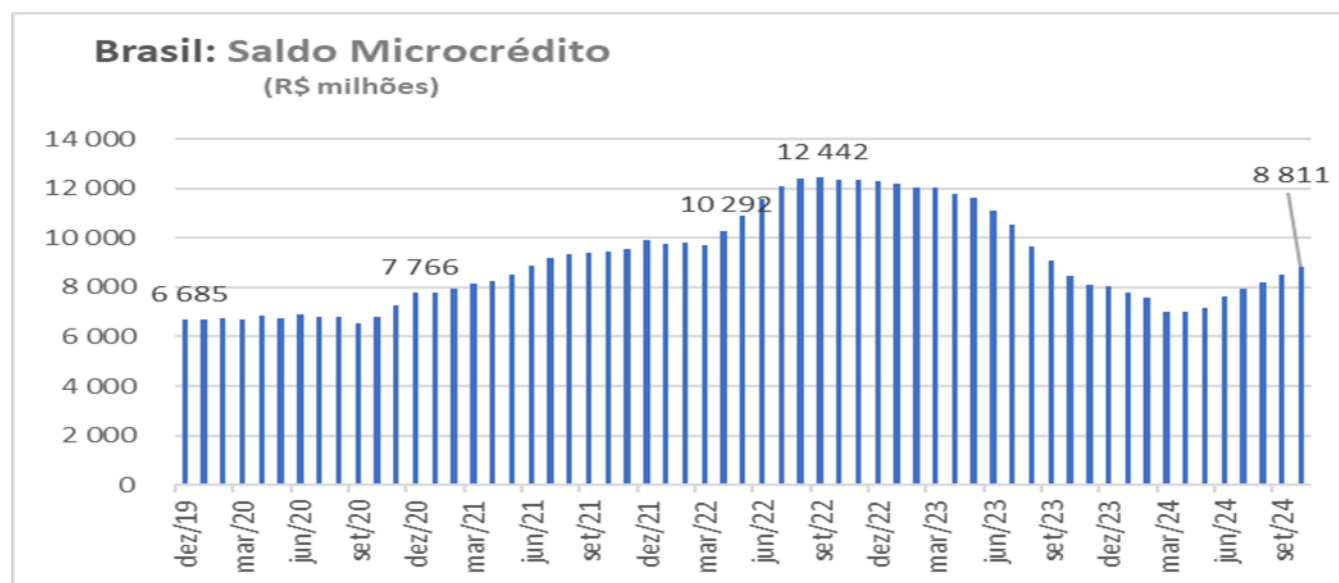
Essa política aliada a mais investimentos para a agricultura familiar e sua devida modernização, poderão recolocar a relação cesta básica x salário mínimo na trajetória de crescimento e, com isso, na melhora nas condições de subsistência da população brasileira.

Rodolfo Viana – Economista e Mestre em Economia Política – PUC/SP

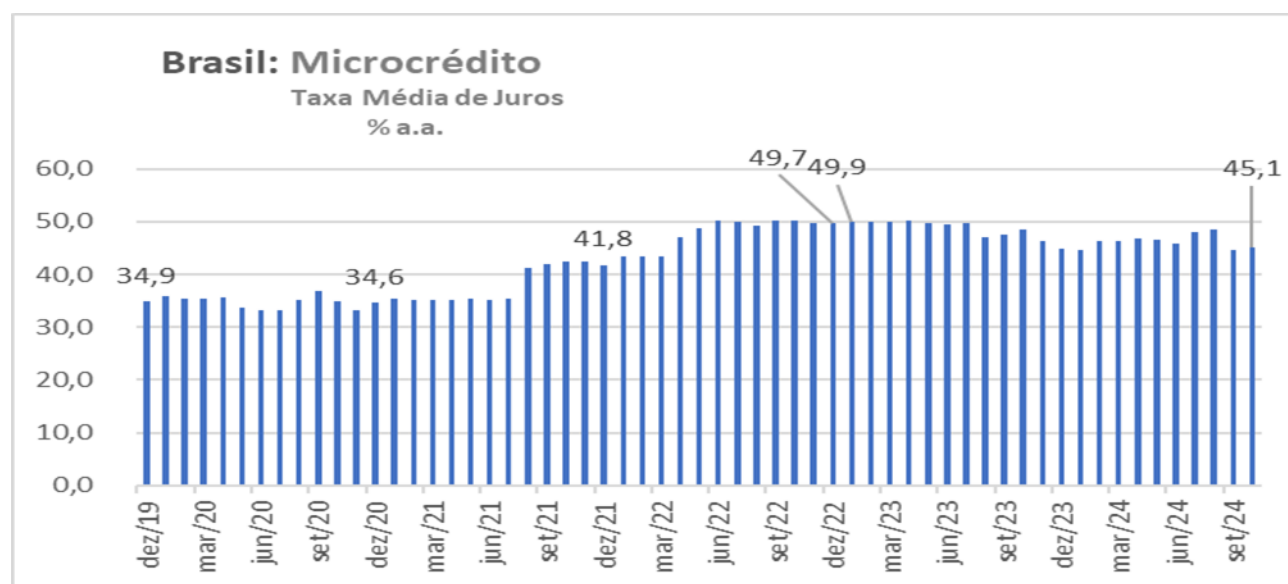


Microcrédito:

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) tem dentre suas funções básicas, aquecer a geração de trabalho e renda para os microempresários, explorando os dados apresentados nos gráficos abaixo, de saldo e taxa média de juros mensais do microcrédito, observamos que o saldo do microcrédito em outubro/24 ficou em R\$ 8.811 milhões elevação de +3,3% com relação ao mês anterior, no ano aumento de +9,4% e nos últimos 12 meses está acumulado em +3,9%. Foi o melhor saldo desde o mês de outubro/23. Quanto a taxa de juros cobrada, ocorreu um aumento de +0,6% no mês atingindo o patamar de 45,1% a.a..



Fonte: BCB



Fonte: BCB

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP.



Redação: Boletim DEPE, Ano IX, n. 58.

Professor responsável: Antonio Corrêa de Lacerda, Prof. Dr. - PUCSP

Equipe de redação:

Ana Claudia Del Ciel, mestranda em Serviço Social pela PUC-SP;

Ana Paula Negreli Persici Vassallo, advogada e mestre em Economia Política pela PUC-SP

Cassio Oliveira bacharel em RI e mestrando Economia PUC-SP;

Emerson Davi Pereira Braz, economista e mestrando (Coordenador do Boletim) pela PUC-SP;

Gabriela Fioretti, economista e mestranda em ciências econômicas pela PUC-SP;

José Victor P. Cassiolato – Mestrando Pós-Graduação em Economia Política PUC/SP

José Victor Mori Kiyokawa – Mestrando Pós-Graduação em Economia Política PUC/SP

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Mariel Liberato, mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Pablo Henrique Romero dos Santos, graduando em Economia Política pela PUC-SP;

Raul Dias, Economista e Mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Ricardo Reis, economista, mestrando em Economia pela PUC – SP;

Rodolfo Viana, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP;

Tiago Antônio de Oliveira, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP

Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE)

Programa de Pós-Graduação em Economia Política da PUC-SP (PEPGEP)

Rua Ministro Godoi, 969, 4º andar, sala 4E17, Perdizes, São Paulo/SP - Tel. 11-3670-8516

E-mail ecopol@pucsp.br; boletimdepepucsp@gmail.com

Site <http://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/economia>

Edição elaborada com informações disponíveis até 01/12/2024